A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÀO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Luiz Augusto Caldas Pereira
Diretor de Políticas da SETEC

Introdução:

A questão da profissionalização docente é uma polêmica nas esferas educacionais no mundo. Seja como expressão de uma aspiração, como característica do ofício de ensinar ou como discussão sobre as especificidades ou limitações com que tal condição se dá para os docentes, o tema do profissionalismo está presente nas expressões dos próprios professores. O termo profissionalização que parece estar se referindo a características ou qualidades da prática docente sugere imagens que são consideradas positivas e desejáveis. O que se percebe é que a discussão teórica sobre o tema do profissionalismo emerge como uma luta em prol da autonomia profissional e como uma bandeira contrária à proletarização que a carreira sofreu nas últimas décadas .

No Brasil, a discussão não é diferente; ela permeia os fóruns de debate com um dado ainda mais grave, ou seja, a realidade histórica de o magistério admitir em seus quadros um grande contingente de profissionais de áreas diversas, sem a qualificação pedagógica. Sem dúvida, essa evidência que se diz "necessária ou emergencial" contribui para intensificar o debate e concorre para a queda do status que a carreira pretende (cabe considerar que outros fatores contribuem para a desvalorização docente).

Sob este ponto de vista cabe a Educação Profissional e Tecnológica um lugar distinto. Quando se faz o diagnóstico da Educação Profissional e Tecnológica, em nosso país, essa situação se superlativiza: em quase cem anos (referência a 1909 – criação das Escolas de Aprendizes Artífices), esta modalidade de educação, muito caracterizada pelo "fazer" é marcada pela forte ação de professores leigos até os dias atuais. As ações na perspectiva de mudança dessa realidade, nas últimas décadas muito mais prementes que na primeira metade do século passado, vêm se constituindo em ritmo crescente sem, contudo, se estabelecer ou mesmo se caracterizar com o rigor, intensidade e a sistematização necessária.

Se uma retrospectiva se faz das iniciativas no sentido de formar o professor para o conteúdo específico da educação profissional e tecnológica ou mesmo para esta modalidade de formação, elas vêm assinadas pela alcunha de emergenciais, fragmentárias, pouco intensivas e com um caráter bastante conservador, colocando-se distante das necessidades atuais ou até

mesmo apenas em atendimento a exigências que, muitas vezes, escapam ao domínio dos interesses da sociedade como um todo. Isto significa que, embora nos últimos anos tenham se ampliado as vozes na defesa da capacitação, não se evidenciaram ainda políticas públicas incisivas e contínua no sentido de qualificação docente para a Educação Profissional e Tecnológica.

Considerando-se o processo de mudanças por que vem passando o mundo de hoje, sujeito à força das mudanças advindas do avanço da ciência e da tecnologia, em que o conhecimento rapidamente se faz obsoleto, é imediato o entendimento de que a provisoriedade se transforma em algo que ameaça e instiga uma permanente busca de renovação; isto exige, portanto, que o cidadão esteja constantemente revendo e reformulando seus saberes, sua forma de agir no mundo, e nesse sentido, a escola e o professor passam a ter uma exponencial tarefa. Certamente o desafio de ensinar, ato cada vez mais complexo, esbarra nas mãos do professor, dando maior visibilidade ao fosso existente na formação o que, certamente, torna mais imperativa a necessidade do aumento de cursos de licenciaturas, da revisão das atuais licenciaturas, de novas licenciaturas e de programas de educação continuada para os que já se colocaram no ofício de ensinar. Este desafio não é pequeno para a dinâmica do trabalho docente, se, em especial, considerarmos o processo por que passaram (e ainda passam) os atuais professores da Educação Básica, em sua maioria oriundos de cursos, organizados de forma, para a qual concorre uma visão fragmentada e muitas vezes inadequada no que se refere à aplicação do método científico, da ciência e da tecnologia.

Não há como fugir da seguinte lógica: o trabalho dos professores estará sempre refletindo a formação recebida e hoje, esta formação, de um modo geral conflita com o cenário atual; uma dificuldade que deve e pode ser vencida com esforço, no sentido de um trabalho mais integrados e participativos, que articule a competência técnica, ao saber-fazer pedagógico inerente à atividade da docência.

O cenário atual aponta para uma estruturação curricular da Educação Básica (profissionalizante ou não) que articule teoria e prática, o científico e o tecnológico, com conhecimentos que possibilitem ao aluno atuar no mundo em constante mudança, buscando a autonomia e desenvolvendo o espírito crítico e investigativo, ou seja, é imprescindível que o currículo, mesmo diante de aspectos que justifiquem especificidades de qualquer natureza estejam estruturados com base na garantia de conteúdos que configurem e integrem a dimensão científica e tecnológica, a dimensão cultural e a dimensão do trabalho.

A LDB nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, dedica o Título VI, art. 61 a 67 para traçar as diretrizes para a formação dos profissionais da educação, pouco acrescentando ao que já se apontara anteriormente. Com as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior, que defende a reversão do quadro da educação brasileira, com a ruptura do círculo vicioso "inadequação da formação do professor-inadequação da formação do aluno...", reforça-se a exigência para cursos de formação que supram não só as deficiências resultantes do distanciamento entre o processo de formação docente e sua atuação profissional, mas também a necessidade de preparar um professor afinado com práticas pedagógicas voltadas para a construção do conhecimento de acordo com as exigências que se colocam no atual estágio do desenvolvimento da humanidade.

Registra-se também um forte apelo para se que trabalhe de forma integrada e articulada sem, contudo, banalizar a importância do domínio adequado dos conteúdos que deverão ser trabalhados para efetuar uma transposição didática contextualizada e integrada às atividades práticas e de pesquisa.

Este é um dos aspectos do qual as Instituições de Educação Profissional e Tecnológica sempre careceram ou, pelo menos, evidenciavam com maior força, por trazerem em seu currículo disciplinas técnicas que obrigatoriamente exigiam a relação entre teoria-prática, entre o saber/fazer, ou seja, uma integração entre saberes da mesma disciplina e interdisciplinar. Dado o mosaico da formação dos profissionais que atuam nas escolas de formação profissional, que vai além dos professores formados nas escolas de educação a técnicos recém saídos dos cursos técnicos, tecnólogos e engenheiros de diferentes áreas, a mestres e doutores especializados em diversos campos do conhecimento, atingir esta aglutinação de saberes certamente é mais complexa.

A dificuldade também reside no fato de que "ninguém promove o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de construir em si mesmo. Ninguém promove a aprendizagem de conteúdos que não domina, nem a construção de significados que não possui, ou a autonomia que não teve a oportunidade de construir".

As Diretrizes atuais colocam como questão-chave o redirecionamento do enfoque disciplinar dos cursos de formação, de modo a prover o cursista de recursos que lhe possibilitem trabalhar inter e transdisciplinarmente, situando os saberes disciplinares no conjunto do conhecimento escolar.

A importância de uma política para a formação de professores e os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia:

Educação é um processo dinâmico e interminável que exige atualização permanente. A criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia confere a Rede Federal de Educação Tecnológica uma posição estratégica na oferta de cursos de formação de professores para a educação básica (especialmente nas áreas de ciências e matemática), para a educação profissional e tecnológica, bem como programas especiais de formação pedagógica.

A formação de professores, enquanto atribuição regimental dos Institutos Federais amplia o papel da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e consolida uma experiência, ainda que recente bem sucedida dos Centros Federias de Educação Profissional e Tecnológica – CEFET na oferta de cursos de licenciaturas para as disciplinas da área científica da Educação Básica, para o que contribuiu o trabalho dessas instituições com os cursos de formação especial, esquemas I e II (atribuição que está inscrita na lei de criação dos CEFET em 1978). O compromisso dos Institutos Federais com os cursos de formação de professores traz em sua construção a importância da soma de esforços no sentido da diminuição de enorme lacuna hoje existente quando ao lado da demanda se coloca a oferta de licenciaturas em nosso país. Assim a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se coloca ao lado de outras instituições que historicamente vêm trabalhando nesse campo como é o caso das universidades e faculdades isoladas e, embora o faça sem deixar de lado outras atribuições, peculiaridades e potencialidades próprias das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, compreende que pode mais substantiva a sua contribuição para superar as dificuldades hoje colocadas em relação a oferta de cursos de licenciaturas no Brasil. Ao dar destaque a soma de esforços é importante não deixar de mencionar outras importantes iniciativas do Governo Lula, nesse campo como o Programa Universidade Aberta do Brasil, o REUNI e extensão das políticas da CAPES a formação de professores.

A Expansão da Oferta da Educação Profissional e Formação de Professores:

A retomada do crescimento econômico do país, o surgimento de um modelo de produção vinculado a intensa aplicação de ciência e tecnologia e a exigência de trabalho qualificado elevam a importância da formação escolar e profissional em todos os níveis, espaço em cabe destaque a Educação Profissional e Tecnológica e torna imperativa a expansão de sua oferta.

No Plano de Desenvolvimento a Educação (PDE), dentre os destaques à Educação Profissional e Tecnológica, três ações, de forma direta, objetivam o aumento da oferta gratuita de cursos no âmbito dessa modalidade, para a qual se projeta o incremento de aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentas) novas vagas. Neste sentido, se inscrevem: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado e o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec Brasil).

a) Expansão da Rede Federal

Dentre as estruturas voltadas para a qualificação profissional mais reconhecida em função da contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico do País encontra-se a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que até o ano de 2002, contava com 140 unidades. A partir do final do ano de 2005, entra em curso o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a meta de instalar 214 novas unidades até o ano de 2010. Concluída a expansão, a rede federal estará presente em todas as cinco grandes regiões e nos vinte e sete estados da federação brasileira (incluído o Distrito Federal) e na plenitude do funcionamento terá, pelos menos, 500.000 estudantes matriculados.

b) Brasil Profissionalizado:

O Programa Brasil Profissionalizado, a partir da assistência financeira e técnico-pedagógica do Governo Federal aos Estados e Municípios (sob a Gestão desses últimos), tem por objetivo elevar a oferta da Educação profissional e Tecnológica pelos estados em 800.000 (oitocentas mil) matrículas até o ano de 2014 em Cursos Técnicos de Nível Médio (inclusive em PROEJA).

c) Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - (E-Tec Brasil):

Em 12 de dezembro de 2007, o Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro da Educação Fernando Haddad instituíram o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec Brasil). O sistema prevê a oferta de cursos a distância na educação técnica de nível médio, seguindo o bem sucedido modelo da Universidade aberta do Brasil (UAB – que oferece cursos de graduação a distância a professores da educação básica). A adoção da educação a distância como instrumento pauta-se no compromisso de expandir a oferta, interiorizar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio públicos e gratuitos. Prevê-se que o E-Tec funcione em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios,

mediante a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio e de Formação Continuada para Professores da Educação Profissional, na Forma de Educação a Distância. Os cursos serão ministrados por instituições públicas de ensino técnico de nível médio. De acordo com o decreto que instituiu o E-Tec Brasil, o Ministério da Educação prestará assistência financeira na elaboração dos cursos, enquanto os Estados, Distrito Federal e Municípios serão responsáveis pelas despesas de infra-estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais recursos necessários pra a implantação dos cursos.

A oferta da Educação Profissional e Tecnológica, para além das iniciativas diretas do Governo Federal, passa por um momento de elevação da sua oferta também se consideramos outras iniciativas no âmbito público estadual e municipal e no âmbito privado e comunitário. Assim a ampliação da oferta, somada exigência de licenciatura para os professores da Educação Básica (conforme a legislação educacional brasileira estabelece) e o desafio da qualidade inerente a todo processo de crescimento intenso e rápido - que também deve se assumido como permanente, visto ser inerente a qualquer processo de formação humana - tornam incisivos o estabelecimento de uma política de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica. Assim dentre as ações que compõem as políticas direcionadas a Educação Profissional e Tecnológica no Governo LULA encontra-se a de construção de uma proposta para a formação de formação para os professores para o conteúdo específico da EPT (Licenciatura em EPT).

Formação Inicial e Continuada de Professores Para o Conteúdo Específico da Educação Profissional e Tecnológica.

a) Instituição Formadora.

A formação pedagógica para os profissionais que atuam ou atuarão como professores do conteúdo específico da EPT, exige em primeiro lugar, das instituições que se dispuserem a esta atribuição, o comprometimento com o fortalecimento de uma cultura do valor do trabalho educativo enquanto aspecto que deve perpassar os diferentes fazeres da escola e que se paute pela permanente reflexão sobre o sentido do porquê fazemos educação neste país, algo que certamente contribuirá para modificar o perfil do profissional não só docente, mas também os técnicos administrativos que atuam na EPT.

Ainda que a atribuição para a formação de professores para a EPT não se coloque como da exclusiva responsabilidade das instituições de Educação Profissional e Tecnológica, aliás, é

extremamente importante que universidades, faculdades de educação some esforços neste sentido, é inegável que para aquelas esta passa a ser também uma função precípua Assim para a concretização de ações nessa esfera e como forma de fortalecer e consolidar as iniciativas específicas na área de formação docente, as instituições devem implantar ou ampliar seus núcleos de Pós-Graduação em Educação e que uma das ênfases seja a educação profissional, bem como cursos de extensão e de outras naturezas voltados para a Educação.

b) Bases de uma proposta de Licenciatura em EPT.

A concepção que orienta a proposta de Cursos de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica se dá a partir do estabelecimento e inter-relação de três aspectos ou dimensões do saber:

a) a dimensão técnico-científica

b) a dimensão sócio-político-cultural

c) a dimensão específica da Formação do Professor

Assim para a formação do professor em EPT deve ser estabelecido o entrecruzamento do conteúdo específico de uma determinada área da formação profissional (elétrica, mecânica, química, etc.) com aqueles destinados ao domínio do que é específico a produção do conhecimento. Ao que se incorporam uma dimensão formativa sócio-político-cultural (imprescindível à formação de todo cidadão) e a dimensão pedagógica. Desse modo a formação do professor para a EPT se dá a partir de um modelo que se distancia do aligeiramento e simplificação próprio do atual.

Cumpre destacar que essa formação deve tomar como referencial:

- As exigências do mundo atual;
- Os aspectos legais;
- O entendimento de que o estudo dos conteúdos científico e tecnológico deve refletir sua natureza dinâmica, articulada, histórica e acima de tudo não neutra;
- Os referenciais curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica a partir de uma base nacional comum sem, contudo, deixar de reconhecer a necessidade de se respeitarem as diversidades regionais, políticas e culturais existentes;

A formação do professor em EPT deve se pautar nos seguintes objetivos:

a) A dinamização da relação ensino-aprendizagem, promovendo a autonomia e a contextualização dos diversos saberes disciplinares ao integrar os conhecimentos científicos aos pedagógicos,

b) A compreensão de que os modelos da Ciência são construções da mente humana que procuram "manter a realidade observada como critério de legitimação" e que a produção científico-tecnológica está a serviço da estrutura social que lhe dá suporte, estrutura essa que necessita revisitar suas concepções analíticas, considerar o importante papel das interações existentes em sistemas complexos e propor modelos que melhor representem o todo,

c) Comprometimento uma educação inclusiva;

d) O reconhecimento de que a realidade social deve ser tomada como ponto de partida e o fator de cidadania como pano de fundo das ações educativas;

e) A Compreensão de que a figura central de todo e qualquer processo educativo é o ser humano com suas coerências e incoerências;

f) O desenvolvimento do trabalho educativo através de saberes não-fragmentados a partir da compreensão de que os saberes disciplinares sendo recortes de uma mesma área guardam correlações entre si, assim como as áreas devem articular-se umas às outras;

g) O entendimento de que o magistério, considerado como base imprescindível à formação docente, deve incluir a necessidade de o professor vir a ser pesquisador de sua própria prática pedagógica;

h) A compreensão do processo de produção de conhecimento e da provisoriedade das verdades científicas;

i) A superação entre o saber e o fazer pedagógico, daí o processo pedagógico ser encarado como uma totalidade na qual ocorre a articulação de diferentes áreas do saber, exigindo na formação docente uma sólida base humanística, científica e tecnológica articulada com a prática pedagógica através de um processo dinâmico de apropriação e produção do conhecimento;

j) A reflexão sempre presente acerca dos riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas;

k) O desenvolvimento de metodologias adequadas à utilização das novas tecnologias digitais aplicadas ao processo de construção do conhecimento;

l) A capacidade na busca autônoma, na produção e na divulgação do conhecimento e desenvolvimento de um processo de atualização constante do conhecimento, acompanhando os avanços científicos e tecnológicos, buscando formação permanente e continuada;

m) O comprometimento com a ética profissional voltada à organização democrática da vida em sociedade;

n) O compromisso enquanto profissional da educação consciente de seu papel na formação do cidadão e da necessidade de se tornar agente interventor na realidade em que atua;

o) A valorização do trabalho coletivo através de ação crítica e cooperativa na construção do conhecimento;

p) O diálogo com a comunidade visando à inserção de sua prática educativa desenvolvida no contexto social regional, em ações voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Conclusão:

Este texto representa a síntese das reflexões que deram origem a uma proposta de licenciatura para o conteúdo específico da Educação Profissional e Tecnológica, no momento submetida à Consulta Pública, para que, em seguida vencida uma penúltima etapa, com uma Audiência Pública Nacional, possa ser enviada ao Conselho Nacional de Educação com a solicitação por parte do Ministério da Educação, a este egrégio colegiado, de formulação de diretrizes para Cursos de Licenciatura em EPT. Assim as questões aqui colocadas não têm a pretensão do que é definitivo, ao contrário, se há o que assumir como tal é a convicção de que a formação de profissionais para a educação profissional e tecnológica deve se traduzir em políticas perenes, e como ação imediata diante do compromisso com a expansão dessa modalidade de ensino. Neste sentido, assume-se que é possível, apesar da intensidade das Políticas para a EPT no Governo Lula, implementá-las de forma qualificada, democrática e sintonizada com os ideais de construção de uma nação soberana do ponto de vista social, econômico, cultural e científico.